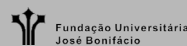


OIKOS σ

Revista de economia heterodoxa
nº 8, ano VI • 2007
ISSN 1808-0235



patrocínio





O universalismo europeu: a retórica do poder

LIVRO | WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

THIAGO VARANDA BARBOSA | varandex@yahoo.com.br
Economista UFRJ, Mestre em relações internacionais UnB.

Mas no mundo de hoje pode haver um ponto de encontro entre o dar e o receber? Pode haver um universalismo que não seja europeu, mas universal (ou global)? Ou melhor, o que seria preciso, no século XXI, para chegar a um mundo onde não seja mais o Ocidente que dá e o resto que recebe, um mundo no qual o Ocidente veste a capa da ciência e o resto fica relegado a povos de temperamento mais “artístico/emocional”? (WALLERSTEIN, 2007)

Em seu mais recente livro, Immanuel Wallerstein¹ trata da forma de dominação contida em alguns discursos do ocidente, como direitos humanos e democracia. O autor delimita bem o universo subjetivo do discurso e das idéias num texto acessível a leitores de diversas áreas de conhecimento. O livro é bastante recomendável, qualquer crítica a essa obra será menos importante que a sua leitura.

¹ Immanuel Wallerstein nasceu em Nova Iorque, em 1930. Doutor em sociologia pela Universidade de Columbia, Nova Iorque, foi presidente da Associação Internacional de Sociólogos, entre 1994 e 1998, e atualmente é pesquisador sênior da Universidade de Yale, Connecticut, Estados Unidos.

O objeto central de “O Universalismo Europeu: a retórica do poder” é o modo como Europa e Estados Unidos criaram e mantêm a superestrutura ideológica do sistema, legitimadora do exercício do seu poder econômico, político e militar. Essas idéias legitimadoras são baseadas em um universalismo enviesado e imposto às demais culturas. Feito o diagnóstico, o autor debate passos necessários para se criar o que ele chama de *universalismo universal*.

Para análise do objeto, o autor recorreu à História, seguindo a linha utilizada em seus livros anteriores. Como ponto de partida, foi definido o século XVI, quando se formou o sistema-mundo capitalista na Europa. A partir daí, esse sistema se expandiu até incorporar todo o planeta. O autor ressalta que historizar é “colocar a realidade que estamos estudando no contexto mais amplo: a estrutura histórica em que se encaixa e onde funciona” (p. 122). Isso é diferente de sistematizar, pois é impossível sistematizar sem antes se aprender os parâmetros históricos da unidade de análise. Por esse motivo o autor ocupa muitas páginas a escrever sobre o funcionamento do sistema e sua época atual, que é caracterizada como uma época de crise, de transição. Ao historizar, o autor tornou palpável algo muito subjetivo e vago: a estrutura de idéias legitimadoras do sistema. É este um dos principais méritos do livro.

É possível identificar duas grandes influências na obra de Wallerstein, Karl Marx e Fernand Braudel. Deste vem o conceito de sistema-mundo e a noção de que o sistema-mundo capitalista teria absorvido gradativamente os outros sistemas-mundo até se tornar o único sistema-mundo existente. Além disso, Wallerstein se aproxima da noção de *longa duração* de Braudel ao buscar identificar as tendências seculares do sistema. O autor não se considera marxista, mas a influência de Marx em sua obra é evidente. Em primeiro lugar, pela importância dada à acumulação de capital, que aparece como força motriz central do sistema-mundo capitalista, pautando a ação de todos os seus atores, de tal forma que a expansão do capitalismo pelo mundo era inexorável. Outra influência de Marx é a visão do conflito entre classes sociais, que são definidas a partir da relação dos indivíduos com os meios de produção. O conceito da relação centro-periferia também é muito presente nas obras de Wallerstein, para quem o sistema capitalista tem uma hierarquia. Esta tem origem numa divisão internacional do trabalho, onde os Estados competem pela apropriação do excedente econômico. Há, segundo ele, uma pulsão do excedente na direção dos países centrais.

Para traçar esse panorama histórico do sistema internacional, o autor recorreu a seus escritos precedentes e enfatizou os aspectos relacionados ao exercício do universalismo europeu. A originalidade desse livro em relação aos anteriores é a análise do discurso do dominador. Wallerstein classificou três períodos na evolução do

sistema – a conquista das Américas, a dominação do oriente e o cientificismo – e analisou como o universalismo europeu se apresentava em cada época. Ao atrelar as condições históricas materiais a um certo conjunto de idéias, em três momentos diferentes, ele demonstra como essas idéias são concretas, uma vez que produzem impacto significativo sobre as relações sociais. O universalismo europeu tem uma linha central, mas se adapta em cada momento aos interesses objetivos dos poderes centrais do sistema:

Por mais que os argumentos tenham servido como forte incentivo moral aos conquistadores, está claro que foram altamente respaldados pelos benefícios materiais imediatos que obtiveram com a conquista (p. 35).

A apresentação feita pelo cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira é eficaz em situar o livro no conjunto da obra de Immanuel Wallerstein. Ele contextualiza para a América Latina a questão tratada no livro, ao mencionar que os governos militares de Brasil e Argentina, na década de 1960, criaram o conceito de soberania limitada, encorajados pelos Estados Unidos. Assim, a noção da soberania deixaria de se basear nas fronteiras geográficas e passaria a se basear no caráter político e ideológico do regime, dando aos países americanos o direito de intervir coletivamente sobre um Estado supostamente democrático ameaçado por forças subversivas. Para ilustrar outro episódio de contato da América Latina com o universalismo europeu, Moniz Bandeira ressalta o recorrente receio de militares brasileiros de uma intervenção estrangeira na Amazônia, sob pretexto de proteção dos índios; ele também usa uma declaração do Chanceler Celso Amorim justificando a resistência dos países sul-americanos em adotar conceitos relacionados às novas ameaças – tráfico de ilícitos, meio-ambiente e epidemias – presentes em tom ameaçador nos discursos das potências após o 11 de setembro.

Para introdução ao tema do livro, Wallerstein ressalta que as manchetes dos jornais em todo o mundo “lembram imagens instantâneas aos leitores, e essas imagens foram criadas para nós por nossos líderes políticos e pelos comentaristas do cenário mundial” (p. 26). A retórica dos líderes mundiais, da grande mídia e dos intelectuais do *stablishment* evoca o universalismo como justificativa básica para suas políticas. Atualmente haveria três principais tipos de apelo ao universalismo: direitos humanos e democracia; a noção do choque de civilizações e da superioridade ocidental; e a verdade científica do mercado, a idéia neoliberal de que não há alternativa ao mercado.

Esse universalismo construído a partir do ideário de uma cultura particular é, para o autor, uma forma de justificar sua dominação no campo econômico, político e militar. Um dos primeiros debates na construção do universalismo europeu se deu no século XVI, quando os espanhóis começaram a dominação e a matança dos ameríndios. Las Casas foi o primeiro padre a ser ordenado no Novo Continente, em 1502. Foi inicialmente favorável ao sistema de *encomienda*, que usava índios em trabalhos forçados, mas em doze anos abriu mão de seu posto e passou a condenar esse sistema. Teve contato com os altos círculos do poder espanhol e chegou a receber favores do imperador. Ele tinha uma pergunta, que é central até nossos dias: “quem tem o direito de intervir, quando e como?”.

Las Casas foi respondido por Sepúlveda, que apresentou quatro argumentos que foram legitimadores do primeiro período de dominação européia, a conquista das Américas. São os quatro argumentos

que têm sido usados para justificar todas as “intervenções” subseqüentes dos “civilizados” do mundo moderno em zonas “não civilizadas”: a barbárie dos outros, o fim de práticas que violam os valores universais, a defesa de inocentes em meio aos cruéis e a possibilidade de disseminar valores universais (p. 35).

As forças materiais definiram o discurso vencedor. Las Casas perdeu porque teve que argumentar “tanto contra crenças como contra interesses” (p. 35). Depois de mostrar as origens dessa primeira forma de universalismo, Wallerstein traz o debate entre Las Casas e Sepúlveda até a atualidade, observando como ele esteve presente em episódios recentes, como a intervenção da OTAN na Bósnia e na invasão do Iraque.

No século XVIII as questões debatidas pelos dois espanhóis não geravam mais discussões, uma vez que o domínio colonial na América e em outras partes do mundo já era amplamente aceito como legítimo. Mas no século seguinte, quando o sistema-mundo capitalista se expandia para a Ásia, esse argumento não era suficiente, dado o estágio de avanço cultural dos povos daquele continente. Mas “a dominação, ao contrário do mero contato, não tolera idéias de paridade cultural” (p. 65), o dominador tem de se justificar moralmente como grupo dominante e canalizador do excedente do sistema. O desafio dos europeus era, então, “explicar por que essas regiões deveriam ser política e economicamente subordinadas à Europa” (p. 65).

Esse foi o segundo momento do discurso legitimador, que foi elaborado em torno da idéia de modernidade, um estágio superior da evolução humana que só a cultura européia era capaz de atingir. Além disso, “a modernidade era a encarnação

dos verdadeiros valores universais” (p. 66). Surgiu então o orientalismo, uma forma de “essencializar” o outro, ou seja, de criar indivíduos-padrão, fruto de uma cultura estagnada. Criava-se um estereótipo do indivíduo de uma cultura – por exemplo, *homo sinicus ou homo arabicus* – com a prática do particularismo essencialista. Era um indivíduo a ser libertado pelo europeu do beco sem saída histórico em que supostamente se encontrava. O orientalismo considerava, então, que a intervenção seria temporária, até a cultura dominada entrar para a modernidade. Mas os europeus ficaram em terras asiáticas por muito tempo, e esse discurso começou a se desgastar.

Em seu lugar surgiu o cientificismo, que estruturou o terceiro período do discurso dominador, a partir do século XIX, e depois de 1945 tornou-se inquestionável.

O conceito de uma ciência externa à “cultura”, em certo sentido mais importante que a cultura, tornou-se o último terreno da justificativa da legitimidade da distribuição de poder no mundo moderno. O cientificismo foi o modo mais sutil de justificativa ideológica dos poderosos. Afinal, apresenta o universalismo como ideologicamente neutro, desinteressado da “cultura” e até da arena política (p. 116).

Para Wallerstein, o sistema-mundo capitalista está numa crise estrutural terminal que, do lado material, se dá a partir do que ele chama de constrição global do lucro, causada por três elementos principais: custo crescente de mão-de-obra no mundo; aumento do custo de produção advindo da internalização de custos antes externalizados, como custos ambientais, bem como da menor capacidade do Estado de prover a infra-estrutura necessária; e aumento da carga tributária diante de maiores demandas sociais. O neoliberalismo seria, então, uma resposta a essa pressão contra o lucro, mas incapaz de reverter a curva ascendente de custos. É “impossível continuar a promover a acumulação incessante de capital” (p. 90).

Essa crise do sistema-mundo está relacionada com as estruturas do saber, pois elas não estão separadas do funcionamento do sistema-mundo. O autor faz uma rica explicação de como surgiu e está declinando o sistema universitário moderno, um dos três elementos centrais das estruturas de saber modernas, junto com a linha epistemológica que separa o científico das humanas – “as duas culturas” de que fala o autor – e o papel das ciências sociais. A separação das duas culturas veio seguida pelo surgimento das disciplinas, que representam pretensões territoriais sobre setores do saber. Isso levou a uma nova separação do saber, e nas universidades surgiram os departamentos.

Surgiram revistas especializadas em cada disciplina, que publicam artigos majoritária ou exclusivamente de pessoas daquelas disciplinas, artigos que tratam (e tratam apenas) de temas que tais disciplinas pretendem abranger (p. 100).

As ciências sociais surgiram após a Revolução Francesa ter consagrado a mudança social como evento normal e ter dado soberania ao povo. Os líderes passaram a ter a necessidade de compreender essas mudanças e de tentar canalizá-las. Mas sempre houve um debate epistemológico entre quais das duas culturas seus participantes adotariam. A definição se deu pelas disciplinas: economia, ciência política e sociologia penderam para o lado cientificista, enquanto antropologia e história permaneceram no campo humanístico. No entanto, depois de 1945 esses limites voltaram a ficar nebulosos. A própria fronteira entre as duas culturas passou a ser contestada diante de dois movimentos do saber: os estudos complexos e os estudos culturais.

Em resumo, acredito que a autoridade do último e mais poderoso dos universalismos europeus, o universalismo científico, não é mais inquestionável. As estruturas do saber entraram em um período de anarquia e divisão, assim como o sistema-mundo moderno como um todo, e seu resultado não está absolutamente determinado. Acredito que a evolução das estruturas do saber apenas faz parte – e parte importante – da evolução do sistema-mundo moderno. A crise estrutural de uma é a crise estrutural de outra. A batalha pelo futuro será travada em ambas as frentes (p. 107).

Na conclusão do livro, Wallerstein abre um diálogo direto com os intelectuais, que devem estar preparados para agir neste momento de mudança. O intelectual deve atuar em três níveis: “como analista em busca da verdade; como pessoa moral na busca do bem e do belo; e como pessoa política na busca pela unificação do verdadeiro com o bom e o belo” (p. 119). As estruturas de saber vigentes por dois séculos tornaram-se artificiais justamente ao criar barreiras contra a circulação do intelectual entre os três níveis. O autor ressalta que há diferença entre a atividade analítica, moral e política. Elas não podem se fundir, tampouco podem se separar: eis um desafio para os intelectuais.

É interessante notar que Wallerstein, em nenhum momento, se afasta do que ele é: um homem branco estadunidense. O livro não faz alusão a nenhum valor de outras culturas. Para o autor, cada cultura deve colocar seus valores e características na construção de um universalismo universal. Assim, cabe a cada cultura avaliar bem seu arcabouço de valores para saber o que pode emprestar para forjar um universalismo

universal, e também para saber que partes de seu arcabouço são mais flexíveis para absorver as imposições de um novo universalismo, mantido coletivamente. É o que ele chama de encontro do dar com o receber. *O universalismo universal.*

recusa as caracterizações essencialistas da realidade social, historiza tanto o universal quanto o particular, reunifica os lados ditos científicos e humanísticos em uma epistemologia e permite-nos ver com olhos extremamente clínicos e bastante céticos todas as justificativas de “intervenção” dos poderosos contra os fracos.

O autor questiona se conseguiremos realizar tal construção complexa, envolvendo todas as culturas, num equilíbrio dinâmico. Segundo ele, vale a pena tentar, pois a alternativa é um novo mundo hierárquico e desigual, ainda mais racista e sexista. Por isso vivemos um momento onde todos devem agir, e os cientistas sociais terão um papel fundamental. Pois para uma correta postura moral e para ter força política, são necessárias análises das opções históricas reais de vanguarda.

Além de tratar apenas dos valores europeus, o autor trata apenas da história europeia. Ele apresenta uma razão metodológica para isso, analisa a história do sistema-mundo capitalista cuja origem é a Europa. Mas ao agir assim, ele não consegue analisar as contribuições das outras civilizações para a história mundial, o que reforça a imagem de que apenas o ocidente desenvolvido leva à evolução (ou mesmo à crise) do sistema. No entanto, o livro cobre o que se propõe: desmontar e analisar o universalismo europeu. Faz isso usando como método e como objeto estritamente o arcabouço de idéias pan-europeu. Ou seja, apesar de sua discussão criticar o isolamento e o egocentrismo nas idéias da cultura dominante, em defesa da participação igualitária das outras culturas, Wallerstein não consegue superar o isolamento do pensamento ocidental em relação ao mundo, o que, de certa forma, ele próprio reconhece. Mas esta é uma limitação que reforça a própria importância de seu discurso: a necessidade de construção coletiva dos valores universais que pautem as relações entre os seres humanos em seu entorno imediato, o planeta Terra.

Bibliografia secundária

WALLERSTEIN, I. *Politics of the world-economy: the states, the movements and the civilizations*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.